

RECURSO ESPECIAL Nº 1.808.795 - DF (2019/0114841-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : CARLOS BASTOS DE MIRANDA FILHO
ADVOGADOS : PAULO FERREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - DF045000
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DO UNICEUB
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **CARLOS BASTOS DE MIRANDA FILHO**, com fundamento no art. 105, III, "a", do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado:

"PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. VIAS DE FATO. AMEAÇA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. AUTORIA E MATERIALIDADE. PALAVRA DA VÍTIMA. ESPECIAL RELEVIO. ABSOLVIÇÃO. FALTA DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. CONDENAÇÃO MANTIDA. DOSIMETRIA. VIAS DE FATO. AGRAVANTE DO ART. 61, II, "f", DO CP. INCIDÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Mostra-se suficiente o acervo probatório formado pelos depoimentos harmônicos e coesos da vítima para comprovar a prática da contravenção penal de vias de fato e do delito de ameaça praticados no contexto da violência doméstica e familiar, pois tais condutas, via de regra, são cometidas longe de testemunhas.
2. A contravenção penal de vias de fato não pode ser comprovada por meio de laudo pericial, porquanto é conduta que não deixa vestígios, caso em que restaria configurado o crime de lesão corporal.
3. Incide, na espécie, a agravante do art. 61, II, f, do Código Penal, pois se trata de infrações penais cometidas no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher.
4. Recurso conhecido e desprovido." (e-STJ, fl. 159)

Sustenta o recorrente, negativa de vigência aos arts. 1º e 61, ambos do Código Penal. Aduz, em síntese, que no caso da contravenção penal, é inaplicável a agravante do art. 61, II, "f", do CP, uma vez que a norma só admite a incidência nos casos de cometimento de crimes.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 201-207).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 237-238).

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece prosperar.

O Tribunal *a quo* manteve a aplicação da agravante do art. 61 do CP, à

contravenção penal de vias de fato, sob o seguinte fundamento:

"Registre-se que não merece amparo a alegação de que incabível a aplicação do art. 61, II, f, do Código Penal, eis que, conforme jurisprudência pacífica, a agravante contida no referido dispositivo legal aplica-se a qualquer infração penal, desde que cometida no âmbito da violência doméstica ou familiar contra a mulher." (e-STJ, fls. 167-168).

Verifica-se que a fundamentação utilizada pelo Tribunal de origem, no caso da aplicação da agravante à contravenção penal, está em conformidade com a jurisprudência desta Corte que entende que "no contexto dos crimes praticados com violência doméstica ou familiar contra a mulher, a palavra "crime" deve englobar toda e qualquer infração penal, conceito mais amplo que abrange as duas espécies: crime e contravenção penal". (AgRg no AREsp 703.829/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 16/11/2015)

No mesmo sentido, o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

"VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – ARTIGO 41 DA LEI Nº 11.340/06 – ALCANCE.

O preceito do artigo 41 da Lei nº 11.340/06 alcança toda e qualquer prática delituosa contra a mulher, até mesmo quando consubstancia contravenção penal, como é a relativa a vias de fato.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – ARTIGO 41 DA LEI Nº 11.340/06 – AFASTAMENTO DA LEI Nº 9.099/95 – CONSTITUCIONALIDADE. Ante a opção político-normativa prevista no artigo 98, inciso I, e a proteção versada no artigo 226, § 8º, ambos da Constituição Federal, surge harmônico com esta última o afastamento peremptório da Lei nº 9.099/95 – mediante o artigo 41 da Lei nº 11.340/06 – no processo-crime a revelar violência contra a mulher." (HC 106.212, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 24/03/2011, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-112 DIVULG 10-06-2011 PUBLIC 13-06-2011 RTJ VOL-00219-01 PP-00521 RT v. 100, n. 910, 2011, p. 307-327).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do Regimento Interno do STJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator